

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.869 - RS (2016/0166074-8)

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MANOEL LUIZ SOARES PITREZ FILHO
ADVOGADOS : FÁBIO STEFANI E OUTRO(S) - RS046571
LARISSA FIALHO MACIEL LONGO - RS057388

DECISÃO

O presente feito decorre de ação ajuizada por Manoel Luiz Soares Pitrez Filho em face da União, por meio da qual o autor, servidor público federal aposentado, pede a contagem de tempo de serviço, a revisão de aposentadoria e o recebimento de parcelas vencidas. À causa foi arbitrado o valor de R\$ 85.635,63 (oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais, sessenta e três centavos). Na sentença, julgou-se parcialmente procedente o pedido. No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a sentença foi parcialmente reformada, nos seguintes termos ementados:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REVISÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS DE PROVENTOS. TRABALHO PRESTADO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS E SOB REGIME CELETISTA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ATIVIDADE INSALUBRE ANTERIOR A 1981 - MÉDICO. APLICAÇÃO DOS DECRETOS Nº 53.831/64 E Nº 83.080/79. VERBA HONORÁRIA.

1. A Administração praticou ato de renúncia tácita ao prazo prescricional relativo ao fundo do direito quanto aos valores atrasados, pois o reconhecimento administrativo é ato incompatível com o instituto da prescrição, conforme dispõe o artigo 191 do Código Civil. Portanto, as diferenças são devidas desde a data requerida, 27-08-2002, até a data da implantação da nova renda na remuneração mensal, merecendo provimento o apelo do autor no ponto.

2. Sendo incontroverso o exercício do cargo de médico no período e estando a atividade classificada entre aquelas cuja insalubridade é presumida, na forma da legislação vigente à época (Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79), faz jus a parte autora ao direito pleiteado. Precedentes.

3. Honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, na forma dos parágrafos do artigo 20 do CPC e na esteira dos precedentes desta Turma.

4. Provimento do apelo do autor e improvimento da apelação da União e da remessa oficial.

Opostos embargos de declaração, esses foram acolhidos somente para fins de prequestionamento.

Interposto recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, por violação do art. 535 do CPC/73, defendendo, em síntese, que o Tribunal de origem deixou de se manifestar expressamente sobre os temas e dispositivos legais apontados nos embargos declaratórios.

No mérito, sustentou que o acórdão recorrido negou vigência aos arts. 1º, 8º e 9º do Decreto nº 20.910/32; ao art. 11 da Lei nº 8.112/90; ao art. 2º, parágrafo único, II, da Lei nº 9.784/99; aos arts. 128, 320, II, 460 e 515 do CPC/73; ao art. 191 e VI do art. 202 do CC/02; bem como art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Afirmou que, quando apresentado o requerimento administrativo, já tinham se passado bem mais de cinco anos da data da aposentadoria, estando, portanto, consumada a prescrição.

Defendeu que:

O requerimento administrativo apresentado pela parte-autora não tem o condão de interromper ou reabrir prazo prescricional já consumado e não renunciado.

A Orientação Normativa nº 03 do MPOG, de 18.05.2007, não importou em renúncia à prescrição, nem tampouco o Acórdão TCU-Plenário, os quais serviram a embasar a Portaria retificadora da aposentadoria da parte autora.

Uma vez tenha o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento de que a prescrição da pretensão à revisão do ato de aposentadoria de servidor público, com a inclusão do tempo de serviço exercido sob condições insalubres, é do fundo de direito, o requerimento administrativo apresentado pela parte autora também não tem o condão de interromper ou reabrir prazo prescricional já consumado e não renunciado (seja tácita ou expressamente).

Veja-se que a revisão de aposentadoria ocorreu sob a égide das Orientações Normativas 03 e 07, de 2007, do MPOG, as quais NÃO SIGNIFICARAM RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO, a teor da jurisprudência dominante do Col. STJ (acórdão EDcl no AgRg no REsp 1149500/RS). (fl. 400)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Recebidos os autos no STJ, foi proferida decisão com o seguinte dispositivo:

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou-lhe provimento para extinguir o processo, com julgamento de mérito, pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição.

Opostos embargos de declaração por Manoel Luiz Soares Pitrez Filho. Sustenta a parte embargante que

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

As alegações da parte embargante foram analisadas na decisão embargada.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar

contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados.

Ademais, observa-se que as alegações referente a base de cálculo dos honorários não foram suscitadas no recurso especial competente, tratando-se, portando, de inovação recursal.

À propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO SUBSIDIÁRIO. OMISSÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

2. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em recurso posterior, pois configura indevida inovação recursal.

3. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no AREsp 1242161/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 14/02/2019)

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a

pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso. No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia-se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator